

SEDUC-CE

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

PROFESSOR DE GEOGRAFIA



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**



EDITAL Nº 014/2026 – SEDUC/SEPLAG, DE 05/08/2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



SEDUC-CE

Professor de Geografia

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS

História da educação brasileira: do Movimento dos Pioneiro da Educação aos dias atuais	1
Lei federal nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	10
Lei federal nº 10.639/2003, inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”	43
Lei federal nº 11.645/2008, inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”	43
Planos Nacionais de Educação: 2001 -2010; 2014 – 2025 e 2026 – 2036	44
Estrutura e funcionamento da educação básica	48
Tendências pedagógicas contemporâneas	54
Gestão democrática da escola pública.....	56
Projeto Político Pedagógico	58
A didática e o processo de ensino e aprendizagem; Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias, avaliação.....	66
A sala de aula como espaço de aprendizagem.....	70
A didática como fundamento epistemológico do fazer docente	74
Planejamento de curso, unidade e aula: elementos estruturantes	78
Principais teorias da aprendizagem: Inatismo, comportamentalismo, behaviorismo, interacionismo, cognitivismo.....	82
As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem.....	85
Psicologia do desenvolvimento: aspectos históricos e biopsicossociais	89
Temas contemporâneos: bullying, relações étnico-raciais, educação especial, educação ambiental, protagonismo juvenil	98
Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Fundamentos e princípios que orientam a BNCC	102
O ensino médio no contexto da educação básica.....	166
Organização curricular	171
Professor: formação e profissão: Base legal que orienta a formação docente	174
A pesquisa na prática docente	179
A dimensão ética da profissão.....	184
Educação Integral em Tempo Integral no Ensino Médio	187
Marcos legais sobre Educação Integral	191
Currículo e Educação Integral	196

SUMÁRIO



Itinerários Formativos	201
Avaliações em externas em larga escala na educação básica	205
Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaee)	207
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).....	212
Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)	216
Políticas de equidade no escopo do PNE 2026- 2026.....	221
Documento Curricular Referencial do Ceará: Ensino Médio.....	229
Questões	230
Gabarito.....	238

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração Pública: conceitos, princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública.....	1
Evolução histórica das reformas administrativas no Brasil; Modelos da Administração Pública: patrimonialismo, burocrático e gerencial	4
Administração Pública na Constituição brasileira atual: disposições gerais e servidores públicos	19
Normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal, Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.....	29
Organização e divisão da Administração Pública: diferença entre órgãos, fundos e entidades integrantes da Administração Pública brasileira; Características e entidades da Administração Direta e Indireta	40
Controle da Administração Pública: controle administrativo e controle legislativo	46
Poderes da Administração Pública: poder vinculado, poder discricionário, poder normativo, poder hierárquico, poder disciplinar e poder de polícia	50
Plano Nacional de Educação: Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026	54
Estrutura Organizacional do Governo do Estado do Ceará: Modelo de Gestão do Poder Executivo do Estado do Ceará e Guia Modelagem de Estrutura Organizacional (3ª edição, 2025)	62
Código de Ética e Conduta Administração Pública do Estado do Ceará	62
Estatuto dos Servidores do Estado do Ceará	63
Questões	63
GABARITO	70

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Fatores de textualidade	6
Tipologias textuais Gêneros discursivos/textuais	9
Ortografia oficial	25
Acentuação gráfica.....	33
Emprego das classes gramaticais.....	36

SUMÁRIO



Formação e estrutura das palavras.....	48
Emprego do sinal indicativo de crase.....	54
Relações de coordenação e subordinação na construção dos sentidos. Relações sintáticas na organização da oração e do período.....	58
Pontuação	64
Concordância nominal e verbal.....	69
Regência nominal e verbal	75
Significação das palavras.....	82
Funções da linguagem	87
QUESTÕES.....	89
Gabarito.....	101

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E INDICADORES EDUCACIONAIS

Indicadores educacionais: O que são e para que servem; Indicadores e índices no campo da política educacional; Indicadores educacionais calculados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Indicadores escolares, indicadores docentes e indicadores discentes	1
Indicadores de desempenho dos estudantes: Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeece)	6
Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).....	12
Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).....	18
Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa).....	24
Leitura e interpretação de dados apresentados em formatos variado	30
Resolução de problemas com uso de estatísticas descritivas.	35
QUESTÕES.....	41
GABARITO	46

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Concepções do pensamento geográfico e sua influência no ensino da Geografia: Conceitos fundamentais, principais correntes teóricas e princípios metodológicos	1
Abordagens teóricas e metodológicas no ensino da Geografia: metodologias ativas, alfabetização cartográfica digital e o raciocínio geográfico (analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem)	7
O meio ambiente: relações entre estrutura geológica, relevo, clima, hidrografia, vegetação e solos na formação das paisagens e sua discussão no ensino de geografia; As grandes paisagens naturais no mundo e no Brasil	12

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Degradação do meio-ambiente, conservação dos recursos naturais e mudanças climáticas; O processo de desertificação no Nordeste; A gestão de recursos hídricos (Interligação do Rio São Francisco) e o potencial das energias renováveis (eólica e solar/hidrogênio verde).....	18
Políticas Ambientais, o Acordo de Paris e a Agenda 2030 (ODS)	24
Geopolítica no Século XXI e o ensino de geografia; As corporações e os agentes hegemônicos da produção do espaço; Multi- polaridade (ascensão da China), conflitos contemporâneos (Rússia-Ucrânia, Oriente Médio) e a Indústria	30
Globalização, mundialização e fragmentação: Sul Global; América Latina; América Anglo-Saxônica	36
A economia mundial e do Brasil	42
Energia e Transporte	48
Agricultura familiar, agroecologia e reforma agrária.....	54
Trabalho, renda e desigualdades socioeconômicas	60
A população e as formas de ocupação do espaço: Os contrastes regionais do Brasil; Transição demográfica brasileira atual; Fluxos migratórios e refugiados	66
Urbanização e metropolização no ensino de Geografia; Conceitos como cidades inteligentes, gentrificação e a segregação socioespacial nas metrópoles. A questão urbana: contrastes regionais; a problemática nordestina no contexto nacional.....	72
Geografia Regional: o Ceará em destaque; Economia Regional: O Porto do Pecém, o Distrito Industrial de Maracanaú e o agronegócio no Vale do Jaguaribe; Dinâmica Territorial: A organização do espaço cearense e as políticas de desenvolvimento regional.....	78
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) para o Ensino Médio	84
Aspectos avaliativos no Ensino da Geografia	91
Questões	97
GABARITO	104

SUMÁRIO



EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE

A educação na Antiguidade apresenta grande diversidade, pois cada civilização antiga desenvolveu métodos e finalidades educacionais únicos, alinhados a seus valores e estruturas sociais. Nesta fase, o ensino era geralmente reservado para elites e, em grande parte, voltado para a transmissão de conhecimento religioso, cultural e militar.

A educação estava intrinsecamente ligada às crenças e ao papel que cada sociedade destinava ao aprendizado. As principais civilizações que influenciaram o desenvolvimento educacional na Antiguidade foram a Mesopotâmia, o Egito, a Grécia e Roma.

► Mesopotâmia e Egito

Na Mesopotâmia e no Egito, a educação formal era restrita a uma pequena elite, especialmente ligada à administração e religião, e focava no aprendizado da escrita, aritmética e princípios religiosos.

▪ **Mesopotâmia:** Os sumérios, babilônios e assírios desenvolveram sistemas de escrita cuneiforme, e a educação formal na Mesopotâmia era oferecida em escolas chamadas edubbas, ou “casas das tábuas”, onde o ensino era centrado na formação de escribas, uma das profissões mais importantes da época. Os escribas desempenhavam papéis cruciais em atividades administrativas, religiosas e comerciais, e o ensino girava em torno de habilidades práticas como contabilidade, leis e registros comerciais.

▪ **Egito Antigo:** No Egito, a educação também era restrita a escribas, sacerdotes e membros da elite. A formação de escribas envolvia aprendizado dos hieróglifos, a complexa escrita egípcia, além de aritmética e conhecimento sobre mitologia e religião, que eram centrais para a cultura egípcia. O ensino acontecia em escolas ligadas a templos e palácios, e os alunos eram, em grande parte, treinados para assumir posições na administração pública ou na condução dos rituais religiosos.

Essas duas civilizações compartilhavam uma visão funcional da educação, com foco na capacitação para o trabalho administrativo e religioso, limitando o acesso ao aprendizado a uma minoria com poder e prestígio.

► Grécia Antiga

A Grécia foi uma das primeiras civilizações a considerar a educação como um meio de desenvolver o potencial humano e promover a cidadania. A educação grega possuía diferentes características em cidades-estado como Atenas e Esparta, refletindo os valores distintos de cada uma.

▪ **Atenas:** Na cidade-estado de Atenas, a educação visava o desenvolvimento integral do cidadão, abrangendo aspectos intelectuais, físicos e morais. A paideia, como era chamada a formação ateniense, buscava preparar os jovens para a vida pública, enfatizando filosofia, artes, literatura, música e esportes. Os ensinamentos de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles deixaram marcas profundas na educação ocidental, introduzindo métodos de ensino baseados no diálogo e na reflexão crítica. A Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles são exemplos de instituições educacionais avançadas que buscavam compreender e discutir a natureza humana, a ética e a política.

▪ **Esparta:** Em Esparta, a educação era voltada para o treinamento militar e a disciplina, com ênfase na obediência, na resistência física e no espírito de sacrifício. Desde cedo, os meninos eram retirados de suas famílias para se prepararem para a guerra e a defesa da cidade-estado, enquanto as meninas também recebiam treinamento físico, pois se acreditava que mulheres fortes dariam à luz guerreiros fortes. Em Esparta, portanto, a educação era instrumental e orientada para as necessidades militares e coletivas, priorizando a lealdade ao Estado.

Esses dois modelos – o humanista e cidadão em Atenas e o militar e disciplinado em Esparta – ilustram as visões contrastantes de educação na Grécia Antiga, com efeitos duradouros sobre a filosofia educacional e as práticas pedagógicas no Ocidente.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

SENTIDO SUBJETIVO	Sentido amplo {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
SENTIDO SUBJETIVO	Sentido estrito {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido amplo {função política e administrativa}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido estrito {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

a. Fomento: É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

b. Polícia administrativa: É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

c. Serviço público: resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:



FUNDAMENTOS DOS INDICADORES EDUCACIONAIS E SUA FUNÇÃO NA GESTÃO

► Conceito, natureza e finalidade

Indicador como representação sintética de uma realidade complexa

Indicadores educacionais são medidas quantitativas ou qualitativas construídas para representar aspectos relevantes da oferta, do acesso, da permanência, da trajetória, das condições de ensino e dos resultados educacionais. Eles não equivalem à realidade em si: funcionam como sinais organizados que permitem observar fenômenos complexos por meio de critérios previamente definidos. Uma taxa de aprovação, por exemplo, reduz a uma medida percentual um conjunto de situações escolares relacionadas ao fluxo dos estudantes. Um indicador de adequação da formação docente procura representar a correspondência entre a formação do professor e o componente curricular em que atua. Em ambos os casos, a medida simplifica a observação sem eliminar a necessidade de interpretação contextual.

A utilidade do indicador depende da clareza de sua definição, da qualidade da base de dados, da coerência do método de cálculo e da pertinência da comparação realizada. Uma mesma medida pode produzir interpretações inadequadas quando se desconhece a população de referência, o período considerado, a unidade de análise ou os critérios de inclusão e exclusão. Por essa razão, a leitura responsável considera simultaneamente o valor apresentado e o modo como ele foi produzido.

Funções de descrição, acompanhamento e decisão

No campo educacional, os indicadores apoiam o diagnóstico de situações, o acompanhamento de tendências e a definição de prioridades. Eles permitem identificar diferenças entre territórios, etapas de ensino, redes e unidades escolares, bem como observar mudanças ao longo do tempo. Esse uso não transforma automaticamente o indicador em explicação causal. Uma taxa elevada de abandono, por exemplo, informa a existência de um problema de permanência, mas não demonstra por si só quais fatores o produziram. A investigação das causas exige combinar dados quantitativos, informações contextuais e conhecimento da realidade local.

Indicadores também servem ao planejamento e ao monitoramento de políticas. Metas de expansão de matrícula, redução de desigualdades, melhoria do fluxo ou elevação de níveis de aprendizagem precisam de medidas que permitam verificar a situação inicial e acompanhar mudanças. Quando diferentes órgãos e períodos utilizam definições consistentes, cria-se uma série histórica capaz de apoiar comparações e decisões mais fundamentadas.

► Condições para uso adequado

Validade, comparabilidade e desagregação

A validade diz respeito à capacidade de uma medida representar adequadamente o fenômeno que pretende expressar. A comparabilidade exige compatibilidade de conceitos, métodos e populações entre os valores confrontados. A desagregação permite examinar o resultado por recortes relevantes, como dependência administrativa, localização, etapa de ensino ou grupos de estudantes. A média geral de uma rede pode esconder diferenças importantes entre escolas ou segmentos.

**FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO E CONSTRUÇÃO DE SEU OBJETO****► Geografia como conhecimento sobre espaço e sociedade****Objeto, método e historicidade**

A Geografia consolidou-se como campo de conhecimento ao investigar a organização espacial das relações entre sociedade e natureza. Seu objeto não é um espaço vazio ou puramente geométrico, mas o espaço produzido por processos naturais, econômicos, políticos, culturais e técnicos. Ao longo da história da disciplina, diferentes correntes definiram prioridades distintas: descrição de regiões, explicação de distribuições, estudo das relações homem-meio, análise de estruturas socioespaciais, interpretação de experiências vividas e investigação de redes e territórios.

O pensamento geográfico é histórico porque seus conceitos e métodos respondem a problemas de épocas específicas. A expansão dos Estados nacionais, o colonialismo, a industrialização, a urbanização, as guerras, a revolução técnico-científica e a crise ambiental modificaram as perguntas formuladas pela Geografia. Essa historicidade impede considerar uma única corrente como resposta definitiva. Cada tradição elaborou instrumentos capazes de iluminar dimensões particulares do espaço, embora também possua limites teóricos.

Espaço, lugar, território, paisagem e região

Os conceitos fundamentais organizam diferentes formas de leitura do mundo. Espaço geográfico refere-se ao conjunto de relações e materialidades produzidas historicamente. Lugar enfatiza experiência, pertencimento e dimensão concreta da vida cotidiana. Território destaca relações de poder, apropriação, controle e uso. Paisagem corresponde ao conjunto de formas perceptíveis e às marcas históricas de processos naturais e sociais. Região é uma construção analítica ou político-administrativa que agrupa áreas segundo critérios de diferenciação, articulação ou planejamento.

Esses conceitos não são sinônimos. Uma mesma área pode ser analisada como lugar quando se privilegia a experiência de seus habitantes, como território quando se observam disputas de poder, como paisagem quando se interpretam formas visíveis e como região quando se estabelece uma divisão segundo determinados critérios. A escolha conceitual depende do problema formulado.

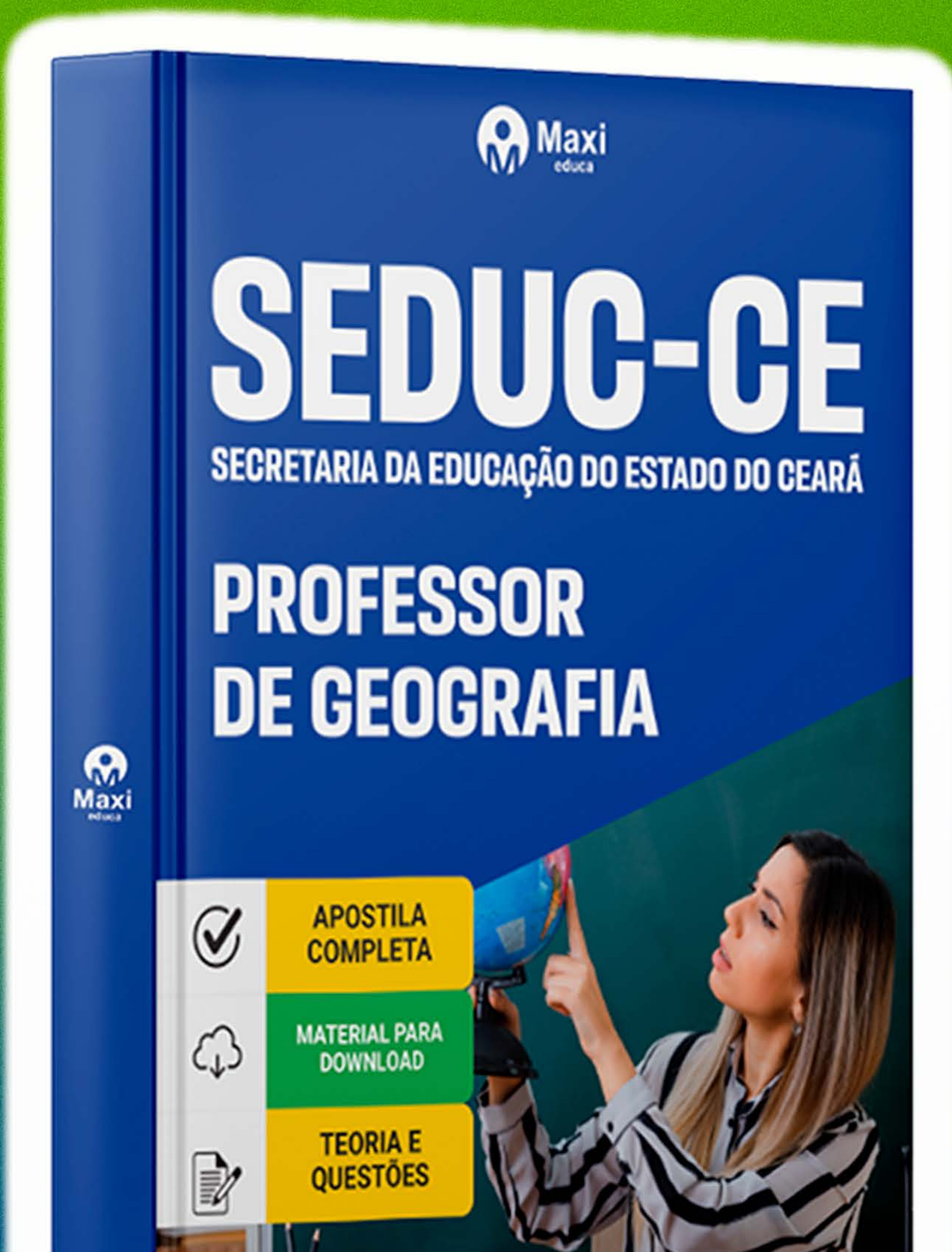
► Princípios geográficos**Localização, distribuição e diferenciação**

A Geografia pergunta onde os fenômenos ocorrem, como se distribuem e por que assumem formas diferentes. Localização situa objetos e processos; distribuição identifica padrões de concentração, dispersão ou continuidade; diferenciação reconhece que áreas possuem combinações particulares de elementos. Esses princípios favorecem explicações que ultrapassam a simples enumeração de fatos.

O estudo de uma indústria, por exemplo, pode começar pela localização, avançar para a distribuição das plantas produtivas e investigar diferenças entre regiões. A explicação pode envolver infraestrutura, mercado, trabalho, políticas públicas, matérias-primas e redes logísticas. O fenômeno ganha sentido por suas relações.

Escala, conexão e totalidade

Escala permite observar processos em níveis distintos. Uma enchente pode ser estudada na escala do bairro, da bacia hidrográfica, do município ou de mudanças climáticas globais. As causas e responsabilidades percebidas variam conforme a escala. Conexão destaca que fenômenos localizados participam de redes e fluxos mais amplos. Totalidade impede isolar artificialmente elementos que só se explicam em relação.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!